



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

AS REIVINDICAÇÕES PELA EDUCAÇÃO FEMININA NO PERIÓDICO *ESCRINIO* (1898), DE ANDRADINA DE OLIVEIRA

REIVINDICACIONES POR EL DERECHO A LA EDUCACIÓN FEMININA EN EL PERIÓDICO *ESCRINIO* (1898), DE ANDRADINA DE OLIVEIRA

VINDICATIONS FOR WOMEN'S RIGHT TO EDUCATION IN THE NEWSPAPER *ESCRINIO* (1898), BY ANDRADINA DE OLIVEIRA

Luíza Rodrigues Garbin

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

luiza.garbin@acad.ufsm.br

Monica Chagas da Costa

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

monicachagasdacosta@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo investigar as reivindicações em prol da educação feminina veiculadas no periódico *Escrinio* (1898), fundado no século XIX por Andradina América Andrade de Oliveira no Rio Grande do Sul. A pesquisa parte dos pressupostos dos estudos literários e feministas, com enfoque nas discussões sobre imprensa feminista oitocentista e escrita de autoria feminina (DUARTE, 2016; 2019; MUZART, 2003; GAUTÉRIO, 2015; BARBOSA, 2007), buscando assim, efetivar um trabalho de resgate no periódico *Escrinio*, analisar como os textos referentes à esfera educacional eram redigidos e publicados, verificando, dessa maneira, qual era a posição de Andradina de Oliveira nas manifestações em prol do direito à educação feminina. A metodologia empregada consistiu no mapeamento e na análise de fontes primárias, associada à pesquisa bibliográfica de caráter teórico e histórico. Identifica-se que o periódico fundado pela autora gaúcha desempenhou um papel fundamental na articulação de um discurso de emancipação feminina, por meio da promoção da educação, da valorização de produções literárias de mulheres e da celebração de conquistas das mulheres em diferentes contextos. Tais práticas, materializadas através de literatura e imprensa, funcionaram como estratégias de resistência aos padrões normativos de gênero vigentes à época. Conclui-se, portanto, que o periódico não apenas evidencia o engajamento político de Andradina de Oliveira, como também se insere no panorama da imprensa de resistência, contribuindo para a formação de uma consciência crítica entre as leitoras. Ao resgatar esse material, o estudo reforça a importância da imprensa literária como ferramenta de protagonismo feminino no Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Educação feminina. Imprensa e literatura. Andradina de Oliveira.



Resumen: Este artículo tiene como objetivo investigar las reivindicaciones a favor de la educación femenina difundidas en el periódico *Escrinio* (1898), fundado en el siglo XIX por Andradina América Andrade de Oliveira en Rio Grande do Sul. La investigación parte de los presupuestos de los estudios literarios y feministas, con enfoque en las discusiones sobre la prensa feminista decimonónica y la escritura de autoría femenina (DUARTE, 2016; 2019; MUZART, 2003; GAUTÉRIO, 2015; BARBOSA, 2007). De esta manera, se propone un trabajo de recuperación del periódico *Escrinio*, con el fin de analizar cómo se redactaban y publicaban los textos relacionados con la esfera educativa, observando cuál era la postura de Andradina de Oliveira en las manifestaciones a favor del derecho a la educación de las mujeres. La metodología empleada consistió en el mapeo y análisis de fuentes primarias, asociada a la investigación bibliográfica de carácter teórico e histórico. Se identifica que el periódico fundado por la autora gaúcha desempeñó un papel fundamental en la articulación de un discurso de emancipación femenina, mediante la promoción de la educación, la valorización de producciones literarias escritas por mujeres y la celebración de logros femeninos en distintos contextos. Estas prácticas, materializadas a través de la literatura y la prensa, funcionaron como estrategias de resistencia frente a los patrones normativos de género vigentes en la época. Se concluye, por lo tanto, que el periódico no solo evidencia el compromiso político de Andradina de Oliveira, sino que también se inscribe en el panorama de la prensa de resistencia, contribuyendo a la formación de una conciencia crítica entre las lectoras. Al rescatar este material, el estudio refuerza la importancia de la prensa literaria como herramienta de protagonismo femenino en el Brasil decimonónico.

Palabras clave: Educación femenina. Prensa y literatura. Andradina de Oliveira.

Abstract: This article aims to examine the advocacy for women's education featured in the newspaper *Escrinio* (1898), founded in the 19th century by Andradina América Andrade de Oliveira in Rio Grande do Sul, Brazil. The study is grounded in literary and feminist theory, with particular emphasis on the 19th-century feminist press and women's authorship (Duarte, 2016; 2019; Muzart, 2003; Gautério, 2015; Barbosa, 2007). It undertakes a recovery and close reading of *Escrinio*, analyzing how educational discourse was constructed and disseminated through the publication, in order to assess Andradina de Oliveira's position in the broader struggle for women's right to education. Methodologically, the research combines the mapping and analysis of primary sources with a historical-theoretical bibliographic review. The findings reveal that *Escrinio* played a pivotal role in articulating a discourse of female emancipation, promoting education, recognizing women's literary production, and celebrating women's achievements in various cultural and political arenas. Such practices, expressed through both literature and journalism, functioned as strategies of resistance to the prevailing gender norms of the time. The study concludes that the periodical not only reflects Andradina de Oliveira's political engagement but also positions itself within the framework of resistance journalism, contributing to the formation of critical consciousness among its readership. By retrieving and analyzing this material, the research underscores the significance of the literary press as a platform for female agency in 19th-century Brazil.

Keywords: Women's education. Press and literature. Andradina de Oliveira.

Introdução

Segundo o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (1961) de Caldas Aulete, que traz definições para termos da língua portuguesa principalmente de seus usos e significados históricos, o verbete “*escrinio*” é definido como: (1) um pequeno armário utilizado para guardar papéis e utensílios



de escrita e; (2) um pequeno cofre utilizado para guardar jóias. A professora e escritora gaúcha Andradina América Andrade de Oliveira, abraça metaforicamente estes dois significados ao fundar, em janeiro de 1898, na cidade de Bagé, o periódico feminista *Escrínio*. Autointitulado como “um cofre de inteligência, um cofre das produções belíssimas” (Oliveira, 1898, s.p), os escritos de Andradina de Oliveira tornaram-se fundamentais não apenas para a difusão dos ideais feministas no contexto oitocentista sul-rio-grandense, mas para a consolidação de uma rede de apoio e colaboração entre as mulheres, visto que a gazeta surge em um espaço histórico em que a maior parte dos jornais fundados e redigidos por mulheres emergem como uma ferramenta de luta e reivindicação feminina.

Adentrar o campo da imprensa não foi um movimento despretensioso por parte das autoras e organizadoras, entre elas a própria Andradina de Oliveira, isto porque a realidade das mulheres¹ no século XIX se estabelecia de uma maneira muito clara: o único acesso à educação que lhes era permitido consistia em um ensino voltado exclusivamente para o cuidado do lar, para as atividades relacionadas à maternidade e à subserviência ao homem. De acordo com a estrutura social, concepções e costumes majoritariamente cristãos, a mulher era dimensionada em apenas três facetas: filha, mãe e esposa. Por conseguinte, não era considerada cidadã, e, portanto, as leis vigentes não lhe amparavam, pelo contrário, ajudavam a construir e traçar um destino coletivo, bem como (re)afirmar as limitações intrínsecas na conjuntura pública impostas pelo senso comum (Gautério, 2015).

Nesse contexto, uma parcela de brasileiras, inconformadas com o cenário excludente em que estavam inseridas, iniciaram mobilizações a fim de questionar os construtos que reiteravam estas posições repressivas, visando alcançar mudanças, como a possibilidade de estudar e circular em outras esferas, inclusive a pública (Duarte, 2016). Foi exatamente através da imprensa que muitas mulheres encontraram uma forma de lutar e amplificar a repercussão das reivindicações por direitos, haja vista que os periódicos funcionavam ativamente como agregadores de opiniões e articuladores de grupos sociais (Duarte, 2019). Assim, a imprensa feminista brasileira origina-se justamente pela necessidade de tornar públicas e vigorosas as reivindicações já existentes, principalmente no que diz respeito ao âmbito educacional e reconhecimento da autoria feminina. A intenção dessas precursoras era ter suas vozes ouvidas e suas palavras lidas, objetivando concomitantemente estabelecer um diálogo com

¹ Faz-se importante sinalizar que existe um recorte social e financeiro quando falamos destas mulheres e da condição das pessoas que poderiam reivindicar por direitos no século XIX, visto que tratavam-se de mulheres com condições sócio-políticas, financeiras e culturais que permitiam tais mobilizações.



outras mulheres, visando criar uma rede de apoio e incentivar a busca pela educação como forma de emancipação. (Muzart, 2003; Duarte, 2019).

Ao debruçar-se sobre a imprensa feminista brasileira, evidenciando especificamente o periódico sul-riograndense *Escrinio* e as posições tomadas por sua fundadora Andradina América Andrade de Oliveira, parte-se da compreensão de que examinar o periodismo mostra-se substancial para o campo dos estudos literários, dado que a contar da fundação das primeiras gazetas brasileiras nos anos oitocentos, este tornou-se o principal veículo de publicação e circulação de textos literários na época, revelando uma vasta gama de autoras, autores e obras. Sublinha-se também, para além dos folhetins, poemas e obras ficcionais, o periodismo como uma forma extremamente precisa de testemunhar o cotidiano passado, sendo possível recuperar as práticas discursivas e culturais daquele tempo.

Ao considerar os objetivos desta pesquisa, a metodologia aderida volta-se para o trabalho de resgate ligado à imprensa feminista do século XIX, ao periodismo e à historicidade da literatura. Essa abordagem refere-se ao contato direto com a fonte histórica primária, no contexto da imprensa feminista do século XIX a materialidade histórica trata-se do periódico em si (Muzart, 2003; Duarte, 2016; 2019). No caso do corpus desta pesquisa, pela escassez de material previamente disponibilizado de forma on-line em plataformas digitais, o contato direto com acervos, bibliotecas e instituições que preservam estes materiais se fez necessário para viabilizar a análise do periódico. Com o apoio dos quadros localizadores presentes na tese de doutorado da Professora Doutora Rosa Cristina Hood Gautério (2015) foi possível identificar as instituições já mapeadas que detém posse de edições do *Escrinio* e assim realizar o contato via e-mail para a obtenção de cópias digitalizadas. A partir do contato com as instituições: Biblioteca Rio-Grandense, Museu Dom Diogo, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, foi possível obter onze edições do periódico *Escrinio* em diferentes fases de sua circulação.

Embora o *Escrinio* tenha sido integrado a investigações precursoras sobre a imprensa oitocentista, destacando o fundamental esforço de mapeamento documental de Duarte (2016) e a tese de doutorado elaborada por Gautério (2015), a maioria das pesquisas publicadas priorizaram a catalogação biobibliográfica e a inserção histórica do impresso no cenário regional e nacional. O objetivo proposto por este trabalho reside, portanto, na análise literária interpretativa e temática do conteúdo do periódico. Ao dissecar o conteúdo dessas onze edições recuperadas, esta investigação debruça-se especificamente sobre as formulações discursivas e retóricas mobilizadas por Andradina de Oliveira em defesa da emancipação pelo saber feminino. Considerando que para



efetivar a análise desse corpus faz-se necessário compreender os eixos teóricos que embasam a escrita deste trabalho, abordar-se-á, na seção a seguir, o contexto da reivindicação pela educação feminina, principalmente no século XIX.

A educação feminina no século XIX

Publicado em 1792 pela escritora inglesa Mary Wollstonecraft, *Vindications of the Rights of Woman* (no Brasil, *Reivindicação dos Direitos da Mulher*), é considerado um dos textos fundadores do pensamento feminista (Moraes, 2016). Escrito em resposta à constituição francesa de 1791 e fundamentado em princípios iluministas que revolucionaram a compreensão sobre o papel das mulheres na sociedade, o texto consiste em treze capítulos nos quais a autora desenvolve uma crítica aos padrões patriarcais que negavam às mulheres o direito de desenvolver autonomia moral e circular livremente nas esferas públicas. Wollstonecraft, por meio das reflexões e questionamentos presentes nesta obra, enfrentou e questionou os pilares que sustentavam os argumentos favoráveis ao enclausuramento feminino que, por consequência, fomentavam a dependência feminina em figuras masculinas, como o pai, os irmãos e o marido. (Moraes, 2016)

Para a autora, o contexto social da época consolidava múltiplas formas de opressão sobre as mulheres, principalmente porque o sistema educacional restringia desde cedo as possibilidades de crescimento intelectual das meninas. O principal ponto de sua defesa é a ideia de que o intelecto humano não tem gênero e que o maior prejuízo resultante da falta de acesso do sexo feminino à educação formal é sofrido por toda a sociedade, que poderia ser mais avançada caso as mulheres também recebessem formação educacional ampla, e não apenas voltada às tarefas domésticas. (Moraes, 2016)

Deslocando o olhar para o cenário brasileiro, apenas em 1827 é aprovada a primeira legislação que autorizava a abertura de escolas públicas femininas, as chamadas escolas de primeiras letras (Duarte, 2019). Mesmo após a lei, o espaço escolar ainda era um lugar de muito privilégio, e as mulheres que possuíam as condições e desejavam ter acesso à educação eram mal vistas no círculo social em que habitavam. Sendo assim, a realidade das mulheres oitocentistas no maior país da América Latina se estabelecia de uma maneira muito clara: o único acesso à educação que lhes era permitido consistia em um ensino voltado exclusivamente para o cuidado do lar, para as atividades relacionadas à maternidade e à subserviência ao homem (Louro, 2001).

A respeito da esfera educacional, o discurso em circulação promovia a ideia de uma educação feminina exclusivamente voltada para as mulheres desempenharem de maneira satisfatória as funções a elas atribuídas no âmbito



doméstico e principalmente a maternidade, de maneira que a própria lei de 1827 justificava a instrução feminina por este viés, como ilustra a citação que segue:

As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam sua conduta aos sentimentos delas. (Lei de Instrução Pública, 1827 apud Louro, 2001, p. 447).

Essa conjuntura que estabeleceu como principais funções femininas ser uma boa esposa e desempenhar qualificadamente o cuidado do lar e dos filhos, explica o porquê a discrepância do que era ensinado entre meninos e meninas era abissal, como elucidado abaixo:

Muitas apenas conheceram as primeiras letras e aprenderam a assinar o nome. Enquanto seus irmãos e primos do sexo masculino liam Cícero, em latim, ou Virgílio, recebiam noções de grego e do pensamento de Platão e Aristóteles, aprendiam ciências naturais, filosofia, geografia, francês, elas aprendiam a arte de bordar em branco, o crochê, o matiz, a costura e a música. (Falci, 2004, p. 251).

Especificamente na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que passou a ser Estado do Rio Grande do Sul a partir de 1889 com a Proclamação da República, o cenário da esfera educacional não era muito diferente do já explicitado, porém apresentava suas particularidades. No Sul do Brasil, a organização da educação esteve profundamente marcada pela consolidação do ideário positivista, que encontrou no estado, por meio da fundação e atuação do Centro Positivista em Porto Alegre, um solo fértil para sua expansão. Essa corrente filosófica concebia a instrução como o motor essencial para garantir a moralidade, a ordem e o progresso coletivo. No entanto, essa busca pela estabilidade social estruturou-se sob uma rígida divisão baseada no gênero, determinando que as propostas de ensino direcionadas às mulheres possuissem uma finalidade inteiramente distinta da instrução masculina, priorizando a preparação para o ambiente privado em detrimento da vida pública. Diante dessa conjuntura, a educação feminina na sociedade gaúcha foi instrumentalizada para moldar as mulheres de acordo com as funções normativas de esposas e mães, idealizadas como “educadoras do lar”. Revestido por um tom benevolente e moralizante, esse modelo educacional androcêntrico operou como uma engrenagem de controle, que, ao afastar o público feminino do trabalho exterior e da vida intelectual ativa, legitimava sua submissão e sua exclusão dos espaços de poder (Oliveira; Martiniak, 2018).



O acesso a uma educação mais abrangente voltada ao mercado de trabalho, obtido exclusivamente por mulheres de classes sociais mais altas que realizaram sua formação no exterior, trouxe uma compreensão do estudo como um caminho para a emancipação. Foi a partir destas mudanças, que, em torno de 1830, uma parcela de brasileiras, inconformadas com o cenário excludente em que estavam inseridas, iniciaram mobilizações a fim de questionar os construtos que reiteravam estas posições repressivas, visando alcançar mudanças, como a possibilidade de estudar e circular em outras esferas, inclusive a pública (Duarte, 2019).

Nesse horizonte surge um dos principais nomes do feminismo brasileiro. Dionísia Gonçalves Pinto (1810 - 1885), conhecida popularmente pelo pseudônimo de Nísia Floresta, publica aos vinte e dois anos seu primeiro livro intitulado *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832), considerado uma tradução livre de *Vindications of the rights of woman*. Acerca desta obra, a pesquisadora Constância Lima Duarte aponta que “Nísia Floresta é importante principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa e feito a tradução cultural das novas ideias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira.” (Duarte, 2019, p. 29). Gradualmente, o debate sobre a posição das mulheres no Brasil ganhou ainda mais impulso, especialmente após a notória repercussão da tradução livre da obra de Mary Wollstonecraft, realizada por Nísia Floresta. Assim, os protestos contra as discriminações que já eram naturalizadas intrinsecamente na história da sociedade, ganharam forma e força em diferentes estados do país. A partir deste panorama, desponta oficialmente o que conhecemos hoje como feminismo brasileiro.

Apesar do termo “feminismo” ganhar força e popularidade a partir do início do século XX (Gautério, 2015), a expressão e as manifestações femininas em prol do direito da participação da mulher em inúmeros setores da sociedade antecedem este período e surgem ainda no século anterior, de modo que, em sua tese, Gautério pontua que:

Pensar em feminismo é pensar no século XIX, quando as mulheres passaram a apresentar ideias de autonomia; pensar em feminismo é pensar num sistema de significação muito amplo que constituiu e constitui grandes mudanças nas estruturas sociais até os nossos dias. (Gautério, 2015, p.13).

Nessa perspectiva, o século XIX pode ser entendido como o momento crucial em que as mulheres, coletivamente, começaram a articular movimentos que subvertiam os costumes patriarcais impostos pela sociedade. De maneira



gradual, as discussões sobre as reivindicações femininas ganharam maior visibilidade, levando a uma crescente manifestação pública, especialmente por meio da imprensa feminista. Nesta esteira, abordar-se-á, nas páginas a seguir, o contexto englobado pela segunda fase do movimento feminista, referente à imprensa do século XIX.

Andradina de Oliveira e a imprensa feminista brasileira

Na data de treze de maio de 1808, D. João VI instaurou por decreto a Impressão Régia, que passou a permitir o funcionamento de órgãos da imprensa escrita e tipografias fundadas originalmente no Brasil (BARBOSA, 2007). A partir desse momento, houve uma grande mudança no que se refere à cultura letrada em solo brasileiro. No século XIX, os jornais nacionais tornaram-se muito mais do que apenas um arquivo de notícias e anúncios, as folhas ganharam a posição de principal canal de veiculação das produções literárias, culminando na criação de gêneros como a crônica e o conto (Barbosa, 2007).

Com o aumento da aderência do público ao consumo e leitura das folhas, novas gazetas eram constantemente fundadas, ampliando a pluralidade de jornais em circulação pelo país. Com o avançar do tempo, novas vertentes dentro desse ramo midiático se solidificavam, entre elas o que se passou/convencionou a chamar imprensa feminista brasileira. Ao refletir sobre o contexto de surgimento da imprensa feminina e feminista no país, Duarte afirma que “muito além dos livros, foram os impressos os pioneiros e principais meios de produção letrada feminina, que logo se confirmou como espaços de aglutinação, divulgação e resistência” (2016, p. 14). Estas gazetas fundadas por mulheres funcionavam ativamente difundindo ideais direcionados ao público feminino, entre eles, em alguns casos, pensamentos e reivindicações feministas.

Entende-se então a imprensa feminista como uma ferramenta de luta que viabilizou um posicionamento público dessas mulheres contra os papéis que sempre lhes foram atribuídos como “naturais”. Os jornais fundados funcionavam como amplificadores das vozes femininas, de maneira que, através das palavras, redes de colaboradoras se estabeleceram e se fortaleceram, tornando-se extremamente comum o intercâmbio de textos de escritoras que não publicavam apenas em seu próprio jornal, mas também enviavam seus poemas e manuscritos para diversos periódicos feministas espalhados pelo país. Com o crescimento dessa vertente da imprensa, formaram-se espaços de debate nos quais questões como educação, trabalho, direitos civis e outras pautas femininas foram amplamente discutidas. Assim, a imprensa feminista ganhou força e se consolidou, provocando um rompimento com a imprensa tradicional, e, atuando como uma alavanca em prol da renovação dos ideais que, até então, amputavam impiedosamente o destino da mulher.



Uma das muitas mulheres que usou do espaço da imprensa para materializar seus ideais e suas reivindicações, foi Andradina de Oliveira (1864 - 1935). Nascida em Porto Alegre e descendente de família aristocrática pelo lado paterno, desde os primeiros anos de vida, Andradina de Oliveira recebeu do pai incondicional suporte e acesso à educação, padrão raro para uma menina nascida naquele período. Dedicou-se inicialmente à vida profissional do magistério, atuando em cargos de docência em municípios como Pelotas e Rio Grande, porém nunca deixou de exercitar a escrita, passatempo pelo qual nutria muito apreço desde a infância (Gautério, 2015).

Aos trinta e quatro anos, além de professora, mãe, escritora e atriz, Andradina América Andrade de Oliveira tornou-se também jornalista e fundadora do semanário intitulado *Escrinio*. Categorizada como “um jornal literário, instrutivo e noticioso” (O Commercio, 19 de dezembro de 1897 apud Gautério, 2015, p.159) a gazeta era explicitamente voltada a incentivar a educação feminina como forma de emancipação, fomentar a divulgação de novas produções literárias (principalmente de autoras) e celebrar os feitos e conquistas de mulheres, tanto em solo brasileiro quanto em outros países que já caminhavam em uma direção mais progressista (Duarte, 2016). O periódico era diagramado in-fólio, formato que remete ao de um livro, em que cada folha é dobrada em duas, resultando em quatro páginas finais, com altura média entre trinta e cinco e cinquenta centímetros (Gautério, 2015). No cabeçalho das edições é possível encontrar algumas informações como a data de lançamento, o número da edição e a cidade de publicação.

A postura combativa, atrelada à escrita poética, fez com que o jornal obtivesse o engajamento de um número expressivo de colaboradoras e colaboradores de distintos estados do país, como Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo (Gautério, 2015). O alcance do *Escrinio* também cruzou fronteiras, de modo que em algumas edições é possível encontrar escritos assinados por autoras de outros países da América Latina (como Chile e Argentina) que, por se identificarem com os posicionamentos externalizados por Andradina, enviavam seus poemas e textos para serem publicados (Gautério, 2015). Em pouco tempo a gazeta se consolidou na imprensa sul-riograndense, alcançando visibilidade nos três municípios gaúchos em que circulou, sendo eles: Bagé, Santa Maria e Porto Alegre. (Duarte, 2016)

Em relação aos conteúdos que preenchiam as páginas, na edição de estreia é possível localizar seis seções, sendo elas: Folhetins, Seção poética, Charadas, Noticiário, Anúncios e Pelo comércio. Com o passar do tempo a gazeta foi conquistando espaço na imprensa e ganhando notoriedade, recebendo um número maior de textos para a publicação e expandindo a quantidade de assinantes. A cada nova edição publicada eram explicitados com mais



veemência e clareza os posicionamentos de Andradina de Oliveira e de outras escritoras no que diz respeito a temáticas como educação e mercado de trabalho feminino, autoria feminina, divórcio (proibido neste período) e maternidade.

O *Escrinio* exerceu um papel fundamental como ferramenta de exposição dos pensamentos progressistas de sua fundadora e escritora, bem como de suas colaboradoras que através de diversos gêneros, literários ou não, manifestavam suas crenças e posicionamentos para que os obstáculos do período histórico em que estavam inseridas não fossem eternamente mazelas, para que “ser mulher” não fosse um problema ou um impeditivo na equação da organização social. Mesmo com um fim abrupto, de modo que até os dias atuais não é possível ter conhecimento assertivo do porquê ou de como se deu o encerramento da folha, o *Escrinio* e, por conseguinte, sua fundadora Andradina de Oliveira, garantem um espaço de significância na história da imprensa do fim do século XIX. (Gautério, 2015)

Após este breve panorama da vida e obra da autora e jornalista gaúcha, é possível perceber como a história dos periódicos está diretamente vinculada e marcada pelas convicções de quem os funda. No caso da imprensa feminista, esse movimento torna-se ainda mais evidente, de forma que o periodismo se consolida como uma das principais maneiras de expor e fortalecer as bandeiras defendidas pelas mulheres progressistas daquela época. No que se refere a Andradina de Oliveira, essa conjuntura também se confirma, tanto em suas obras literárias quanto no periódico que funda e organiza. Assim, ao examinar o conteúdo do jornal *Escrinio* e direcionar o olhar para os textos redigidos e selecionados para compor as edições, viabiliza-se compreender mais acerca dos discursos em circulação que moldaram a sociedade oitocentista gaúcha e assimilar com maior exatidão as lutas travadas pela jornalista e escritora em prol de um mundo mais igualitário.

Tendo em vista que a emancipação feminina era uma das principais causas defendidas pela autora, a próxima seção objetiva identificar e analisar as demandas e posicionamentos expressos no periódico *Escrinio* em relação aos direitos das mulheres, com ênfase na esfera educacional.

As reivindicações de Andradina de Oliveira pelo direito à educação feminina

Desde a primeira edição, publicada em 02 de janeiro de 1898 na cidade de Bagé, ao apresentar pela primeira vez ao público o periódico *Escrinio* por meio de um texto de abertura que leva o mesmo nome do jornal, Andradina de Oliveira expõe de maneira clara qual era sua motivação e quais suas intenções ao fundar a gazeta:



O paladino que, hoje, surge, na arena escabrosa do jornalismo, é o producto de uma vontade feminina que, jámais, se entibiu no meio das terribes luctas pela vida; [...] O *Escrinio*, o modesto *Escrinio*, será o echo de todos os bons sentimentos, de todas as legitimas e sãs doutrinas, de todas as nobres tentativas, de todos os levantados commettimentos, de todas as sublimes aspirações; será finalmente o cofre amoroso das joias litterarias dos filhos do Rio Grande do Sul, desta terra de bravos, que me orgulho em ser filha [...]. (ESCRINIO, 02 de janeiro de 1898)²

Ainda na primeira frase, Oliveira coloca o seu jornal em uma posição explicitamente oposta à maioria dos periódicos (fundados por homens) que até então circulavam na imprensa gaúcha (à qual a autora se refere como “arena escabrosa do jornalismo”). Ademais, esse primeiro trecho do texto de apresentação marca que a fundação de seu jornal está diretamente ligada a sua “vontade feminina”, assumindo, ainda que de maneira indireta, seu pertencimento a imprensa feminista, utilizando, assim como outras mulheres que também ocuparam o espaço da imprensa, o periodismo como forma de tornar pública e ecoar suas percepções e reivindicações para o sexo feminino (Muzart, 2003).

No seguimento do texto, a jornalista evidencia ao seus leitores sua intenção de nadar contra a maré e se impor diante do imaginário pré-construído e esperado para as mulheres oitocentistas, que consistia na circulação feminina apenas em âmbito doméstico para exercer os únicos papéis que lhes eram atribuídos, sendo eles o de esposa e mãe:

[...] O *Escrinio* aparece como um verdadeiro propagandista da instrução, do cultivo do espirito feminil! A mulher deve ser instruida, deve ser educada para melhor cumprir a sua divina missão na terra - ser mãe. Deixemos fallar os espiritos retrógrados! deixemos fallar os ignorantes, que proclamam a decantada trilogia da mulher -filha, esposa e mãe! Dizem elles: A mulher só deve ser isto e para isto basta-lhe saber lavar e cozinhar. Irrisorio! Então a mulher para ser a verdadeira filha, a verdadeira esposa, a verdadeira mãe, só precisa saber o trabalho domestico? Não! não! e não! A mulher precisa ir, além do fogão, além da thesoura, além do tanque em que lava a roupa da familia. Ella necessita de uma boa educação e de uma solida instrução. (ESCRINIO, 02 de janeiro de 1898).

Ao descrever seu jornal como “o verdadeiro propagandista da instrução”, Andradina de Oliveira inicia a construção de um caminho argumentativo a fim de

² Optou-se neste trabalho por transcrever os textos do periódico com a grafia original. A fim de facilitar a localização dos textos nas edições, também optou-se por registrar a citação de acordo com a data de publicação do periódico.



defender sua compreensão de que a educação ampla deveria ocupar um papel central na vida das mulheres, alinhada com autoras precursoras do pensamento feminista, entre elas Mary Wollstonecraft, que fundamentaram a ideia de que instrução seria a única via pela qual as mulheres conseguiriam tornar-se completas e participantes ativas da sociedade em que viviam, ocupando diferentes espaços. No entendimento da autora gaúcha, para que a sociedade funcionasse de maneira efetiva “era preciso colocar a mulher em posição de igualdade em relação ao homem, mas isso só seria conquistado através da educação, ideias apregoadas antecipadamente por Nísia Floresta” (Gautério, 2015, p. 204).

Andradina de Oliveira traz exemplos de que as tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres da época (como a organização doméstica, a costura, e a preparação de alimentos), não justificam a limitação feminina apenas ao âmbito doméstico. A defesa enfática da jornalista de que “a mulher precisa ir além do fogão, além da thesoura, além do tanque” é um protesto contra a visão limitada e limitadora da mulher, que circulava como verdade absoluta no século XIX. Nesse enquadramento, o *Escrínio* promove a ideia de que a mulher pode e deve ser multifacetada: instruída, educada, participante ativa no mundo das letras, da música e das artes, sem abandonar necessariamente os papéis que, à época, lhe eram atribuídos, mas ressignificando-os. A crítica direta ao “espírito retrógrado” e à valorização meramente utilitária dos afazeres domésticos reflete o desejo de transformação por parte da autora, que almeja vivenciar uma realidade em que a mulher possa assumir as posições que desejar. A continuidade do texto apresenta um exemplo da expectativa da chegada do século XX, esperado com perspectivas de fomentar mudanças, principalmente no que se refere às concepções que atravessavam a realidade feminina:

[...] Feliz, no seculos da luzes, o homem o nosso consocio nos prazeres e nas dôres, despindo aquele carrancismo estúpido dos nossos antepassados, vae-nos fazendo justiça e reconhecendo em nós a mesma capacidade intellectual, que, até bem pouco, era considerada seu exclusivo privilegio. Sim! elle comprehende, afinal, que a mulher pôde, com vantagem, auxilia-lo nas luctas pela vida, trabalhar, seja em que fôr, a seu lado, sem descurar um só de seus deveres, uma só das suas virtudes. Assim, pois, amadas rio-grandenses, estudae e aperfeiçoa o vosso espirito para vos tornardes mais gentil rainha, do pequenino reino, que nos todos veneramos - o lar! O *Escrínio* orgulhar-se-á quando vos lembrardes de enviar-lh’o as joias litterarias dos vossos cerebros ricos de poesia, das vossas almas ricas de dedicação! (ESCRINIO, 02 de janeiro de 1898).

Aqui, a referência ao “século das luzes” evoca o contexto iluminista, período que exaltou a racionalidade e promoveu os ideais de liberdade,



igualdade e fraternidade, mas que, paradoxalmente, deixou as mulheres à margem dessas promessas (Gautério, 2015). Oliveira, ao comentar as conquistas e ideais desse contexto, evidencia que as mulheres são igualmente aptas a contribuir para a sociedade e a realizar feitos intelectuais e culturais. Dessa maneira, suas ideias vão novamente ao encontro de autoras como Mary Wollstonecraft, que através da escrita, também reivindicavam o acesso das mulheres à educação com o argumento de que sem ela, a sociedade não poderia usufruir plenamente do potencial humano feminino. O *Escrinio*, nesse sentido, posiciona-se como uma extensão dessas ideias, adaptadas para o contexto brasileiro e rio-grandense.

A concepção da mulher “instruída e educada” como uma colaboradora nas “lutas pela vida” ao lado do homem, reforça a ideia de complementaridade, de uma comunidade mais apta à evolução a partir do reconhecimento da agência feminina. No entanto, há também um cuidado por parte da fundadora do jornal em não confrontar diretamente os valores tradicionais do período. A figura da mulher como “rainha do lar” é mantida, mas seu papel é reinterpretado para incluir também a atividade intelectual e o engajamento social. Essa abordagem aponta para a complexidade das lutas feministas da época, em que havia uma necessidade de reivindicar direitos sem romper por completo os padrões socioculturais vigentes, buscando assim um equilíbrio entre transformação e aceitação (Louro, 2001). Nesse sentido, a imprensa feminista brasileira funcionou como um espaço para essa articulação cuidadosa e estratégica, tal qual destaca Muzart (2003) ao analisar a atuação das mulheres na mídia impressa no século XIX.

Para finalizar o texto, Andradina de Oliveira faz um convite para que as mulheres estudem e aperfeiçoem seus espíritos, reiterando sua crença no poder transformador da educação, alinhando-se a uma perspectiva feminista que enxerga o conhecimento como instrumento de libertação e emancipação (Louro, 2001). O uso de imagens simbólicas e metáforas, como a mulher que governa seu “pequenino reino”, reforça a ideia de que o lar pode ser um espaço de elevação cultural e moral, desde que permeado pela inteligência e criatividade feminina. O *Escrinio*, como veículo de expressão, propunha-se a ser um espaço onde as “joias literárias” escritas por mulheres pudessem ser valorizadas e visibilizadas, estimulando uma rede de apoio e produção intelectual feminina, muito comum na consolidação da imprensa feminista a partir trocas de textos enviados por colaboradoras (Duarte, 2019).

Em 1900, quando a gazeta circulava pelo município de Santa Maria, a jornalista publica na edição do dia 30 de janeiro, um texto de sua autoria em uma seção intitulada Feminismo:



Á despeito da forte opposição de Instituto de Advogados, o Supremo Tribunal do Rio de Janeiro, procurando elevar a mulher brasileira, logica, sabia e humanamente permittiu que esta exercesse a advocacia, uma vez que tem um diploma. A joven doutora Myrthes de Campos, n'um rasgo de arrebatadora eloquencia, plena de judiciosos conceitos, justificou perante o Tribunal o pedido de habeas-corpus que lhe fora negado. A sua justificação, uma peça oratoria de alto valor moral, acabou de vencer a má vontade do mesmo Instituto, assignalando mais uma bella victoria na conquista dos direitos da mulher brasileira. Esta, hoje, poderá, se tiver vocação e talento, matricular-se n'uma Academia de Direito, porque não perderá os cinco annos de estudos para obter um diploma inutil, que só serviria, enquadrado n'uma moldura chic, para ornamento de salsa de visitas. Não! a mulher advogada subirá á tribuna; defenderá com a mesma eloquencia, com a mesma verdade, com a mesma justiça, que o homem. Não se julgue que eu esteja, nestas despreziosas linhas, a fazer a apologia da mulher advogada. Não! que ella seja advogada, medica, jornalista, artista, professora ou costureira, me é indifferente, como será ao homem que outro seja carroceiro ou deputado. Que cada uma, porém siga, como o homem, a sua vocação, que abrace uma carreira qualquer que garanta, si houver a necessidade, a a sua subsistencia ou a de seus filhos, é o que almejo, é o que acho razoavel, justo, consentaneo com a ephoca, com o meio em que vivemos. (ESCRINIO, 30 de janeiro de 1900).

O início do texto aborda um acontecimento bastante marcante, destacando uma importante conquista para as mulheres brasileiras: o reconhecimento do direito de exercer a advocacia. A menção ao caso de Myrthes Gomes de Campos, a primeira mulher a ingressar na Ordem dos Advogados do Brasil, representa um marco na luta pelo acesso feminino às profissões tradicionalmente masculinas e reflete as contradições e resistências enfrentadas pelas mulheres que buscavam superar as barreiras impostas pela ideologia dominante do século XIX. A vitória de Myrthes Campos, amplamente celebrada pelo periódico, torna-se símbolo de uma batalha que vai além do campo jurídico e reverbera nas aspirações feministas por educação, emancipação e participação ativa no mercado de trabalho. Andradina de Oliveira sublinha a necessidade de conceder à mulher o direito de seguir suas vocações e trilhar carreiras distintas. Nessa esteira, a afirmação de que "a mulher advogada subirá á tribuna; defenderá com a mesma eloquencia, com a mesma verdade, com a mesma justiça, que o homem" aponta para uma das principais reivindicações da teoria feminista: o reconhecimento da competência e valor das mulheres no exercício de funções públicas e intelectuais (Louro, 2001). Ao expor a resistência de instituições tradicionais, como o Instituto de Advogados, em reconhecer e permitir às mulheres a exercerem a profissão ao qual são formadas, Oliveira expõe a estrutura de poder que mantinha as



mulheres confinadas ao espaço doméstico. Concomitantemente, ao comemorar a conquista de Campos, a jornalista evidencia como as mulheres estavam gradualmente rompendo com os estereótipos que as restringiam a funções limitadas.

Ademais, a autora destaca a multiplicidade de papéis que as mulheres poderiam desempenhar, seja como "advogada, médica, jornalista, artista, professora ou costureira". A abrangência dessa lista demonstra um ideal de liberdade de escolha para as mulheres, em um contexto no qual suas opções eram constantemente prédefinidas e limitadas e suas aspirações frequentemente desvalidadas e vistas com desconfiança por conta de seu sexo. Essa defesa pela autonomia feminina, principalmente no que refere-se à ocupação de instituições de ensino para que as mulheres obtivessem uma formação e pudessem ingressar no mercado de trabalho, compõe a base das principais reivindicações da primeira fase do feminismo brasileiro (Duarte, 2019).

Na continuidade de seu artigo, a autora segue expondo sua argumentação a respeito da importância do estudo e do trabalho para as mulheres oitocentistas:

[...] Toda mulher deve precaver-se para as eventualidades. Não é demais o saber, o cultivo moral a aprendizagem de uma profissão qualquer. A mulher de hoje tem de ser mais do que tem sido. Há necessidade de ampliar-se-lhe o círculo dos seus conhecimentos; de se lhe dar uma educação mais sólida, mais prática, mais exacta. Dizem muitos que a mulher tem o braço do homem. Mas este braço protector e amigo não poderá ficar inutilizado pela doença ou paralisado pela morte? Dizem outros que a mulher rica não precisa de uma profissão? Porque? Por ventura é a riqueza um bem eterno? Não poderá a mulher que vive hoje entre os esplendores da fortuna ficar amanhã pobre, desvalida? E não será melhor que ella passe a viver, embora sofre muito, pelo seu trabalho honesto, a continuar n'uma opulencia que só poderia ser sustentada pelo ouro ganho com deshonra? (ESCRINIO, 30 de janeiro de 1900).

Tal qual ocorrera em outros posicionamentos da fundadora do periódico, neste trecho a autora também se opõe diretamente às construções sociais de gênero que consideravam as mulheres seres completamente dependentes de homens para sua subsistência e segurança. A crítica à ideia (consolidada popularmente na época) de que "a mulher tem o braço do homem" como seu sustento sublinha a vulnerabilidade dessa dependência, evidenciando o modo como as mulheres eram submetidas pela organização social a depender da proteção dos homens sem considerar as incertezas da vida, como doença ou



morte. Ao evidenciar que "não é demais o saber", Andradina de Oliveira aponta a necessidade de ampliação do círculo de conhecimentos femininos e a urgência da busca por uma "educação mais sólida, mais prática, mais exata". Esta concepção desafia os estereótipos femininos da época, haja vista que as poucas mulheres que obtinham acesso à educação em algum nível, eram apenas ensinadas tarefas que fossem relevantes para a manutenção do lar, limitando assim o ensino feminino apenas a funções maternais e domésticas (Falci, 2001).

Os apontamentos da jornalista de que as mulheres devem buscar uma profissão, independentemente de sua situação econômica, reforça a importância da independência financeira como ferramenta de autonomia e emancipação. Quando a autora questiona em seu texto se "a riqueza é um bem eterno?" e alerta para a possibilidade de perda de status econômico, ela desafia a noção de que o casamento ou a posse de riqueza são garantias suficientes para a segurança feminina, como era tradicionalmente doutrinado na época. Esta visão é um exemplo de como a imprensa feminista do século XIX buscava desconstruir, através da escrita e da circulação ampla destes pensamentos, os mitos de dependência feminina construídos e alimentados pela sociedade patriarcal, incentivando as mulheres a obter autonomia através do trabalho honesto e de suas realizações pessoais (Muzart, 2003).

Outro aspecto significativo é a valorização da "honra" e da "dignidade" no trabalho feminino. Ao afirmar que é preferível uma vida de trabalho árduo e honesto do que sustentar-se com recursos desonrosos, Andradina de Oliveira destaca a importância do trabalho como fonte de autoestima, integridade e contribuição à sociedade. Este posicionamento dialoga com a compreensão feminista que valoriza o trabalho não apenas como meio de sobrevivência atrelado ao acúmulo de capital, mas como parte integrante da emancipação da mulher, como forma tanto de expressão quanto de participação ativa na sociedade. Essas ideias vão diretamente ao encontro do pensamento postulado pela filósofa Simone de Beauvoir em sua obra *O segundo sexo* (1949), que define o trabalho como uma das condições fundamentais para a libertação da mulher da opressão patriarcal. Segundo a autora francesa "é através do trabalho que a mulher, em grande parte, tem superado a distância que a separava do homem; é o trabalho que pode garantir-lhe uma independência concreta." (Beauvoir, 2009, p. 187), haja vista que essa inserção no mercado de trabalho possibilita a independência econômica e uma identidade que não se limita apenas às expectativas de gênero.

Para finalizar sua tese, a autora evidencia a importância das mulheres estarem à mesma altura dos homens:

[...] É tempo de elevar a mulher ao mesmo nível do homem. Não é ella sua companheira em todas as phases da existencia? Não e ella que lhe dá a



vida? que o acalenta no seu seio? que o ajuda a dar os primeiros passos? que o ensina a balbuciar as primeiras palavras? Porque então julga-a um ser inferior, incapaz de seguir o querido companheiro pelas regiões que o talento, e o estudo descortinam? Como o homem a mulher tem direitos, pensamentos, tem necessidade de expandir-se, de agir. Ella não é fraca como falsamente suppoe, fraca é a educação que se lhe dá. [...] A mulher quanto mais educada e instruida melhor desempenha a sua divina missão; melhor forma o coração de seus filhos; melhor guia as suas debeis intelligencias. Disse o primoroso poetas das “Revelações” esta bella verdade: “Procurar instruir os homens e deixar na ignorancia as mulheres é um erro e um crime”. Concluindo estas ligeiras linhas não posso deixar de levantar “Um bravo!” ao illustre Dr. Viveiros de Castro, o eminente juiz do Supremo Tribunal, que tão eloquentemente acaba de provar seu grande respeito á mulher! (Escrinio, 30 de janeiro de 1900).

O fechamento do artigo reitera a ideia de que as mulheres, enquanto mães, educadoras e companheiras, desempenham encargos fundamentais na formação e no sucesso dos homens. Essa perspectiva subverte a noção de inferioridade feminina, afirmando que a desigualdade não é natural, mas sim o resultado de uma educação desigual que limita as mulheres. Esse argumento reaviva os pensamentos de Mary Wollstonecraft (1792), que já havia denunciado que a aparente “fraqueza” feminina derivava unicamente de uma educação opressiva e não de uma limitação intrínseca. Wollstonecraft, cem anos antes, defendeu com fervor que as mulheres, dotadas da mesma capacidade intelectual dos homens, deveriam receber uma educação igualitária para que pudessem se desenvolver plenamente, tal como a passagem do *Escrinio* sugere ao afirmar que a mulher não é fraca, mas que “fraca é a educação que se lhe dá”. O reconhecimento da importância do papel das mulheres na família, mas também em esferas de atuação pública, estabelece um equilíbrio entre suas funções assumidas culturalmente como tradicionais e suas capacidades de alcançarem novos espaços, através do estudo e do trabalho. Dessa maneira, ao invés de considerar essas esferas como mutuamente exclusivas, a manifestação da autora propõe que a educação é a principal via de ampliação das capacidades da mulher para o desempenho de todas as suas funções, e não só as ligadas ao lar.

Nas últimas linhas, a jornalista retoma a permissão do Supremo Tribunal para que as mulheres exercessem a profissão de advogada, e cita o juiz Dr. Viveiros de Castro, que promulgou esta decisão, como um exemplo de respeito à mulher por ter representado um gesto de reconhecimento masculino da igualdade de capacidades intelectuais e morais entre os sexos. Este gesto também reflete um dos objetivos centrais da imprensa feminista brasileira do período: propor um debate amplo acerca da condição das mulheres a fim de



dialogar e conquistar aliados homens que reconhecessem e apoiassem as reivindicações femininas (Duarte, 2016). O elogio à figura masculina que reconhece os direitos das mulheres reforça o desejo por uma sociedade mais igualitária, em que os sexos cooperassem de forma equitativa, sem que um lado seja subordinado ao outro.

Em um movimento muito semelhante ao texto de fundação da gazeta, na data de 12 de junho de 1901, quando a autora muda-se para Porto Alegre e o periódico começa a circular na capital, Andradina de Oliveira redige um novo texto intitulado *Escrinio* a fim de contar aos seus leitores a trajetória e posicionamento do jornal:

[...] O *Escrinio*, paladino tenaz da educação e instrução da mulher rio-grandense, aparecendo, hoje, nesta importante cidade, cujo progresso, no período republicano, tornou-se admirável para não dizer assombroso, espera merecer a generosa protecção do publico em geral, como mereceu das sympathicas populações de Bagé e Santa Maria, onde viveu, e como também de grande numero de pontos do nosso querido Rio Grande onde se fez conhecido. Ao lado da imprensa masculina porto-alegrense, imprensa alevantada e nobre, onde o talento, a illustração e o cavalheirismo brilham numa eloquente verdade, o pequeno *Escrinio* colloca-se orgulhoso como verdadeiro gaúcho, o seu immaculado estandarte cuja divisa santa é esta: Pela mulher! E continuará no seu posto, firme, convicto, sincero, a batalhar em pról do progresso moral e intellectual desta mimosa companheira do homem; desta amiga inseparável de toda a sua vida; desta fiel consocia das suas alegrias e pesares; desta creatura santa e bôa, carinhosa e meiga, que nasceu para o amor. (*Escrinio*, 12 de junho de 1901).

Ao autodenominar-se "paladino tenaz da educação e instrução da mulher", destaca-se a centralidade da educação como pilar de emancipação feminina. O enfoque dado à instrução reafirma a percepção, já exposta em textos anteriores, de que a educação era uma via essencial para combater a opressão e ampliar as oportunidades das mulheres. A escolha de Oliveira ao posicionar o *Escrinio* "ao lado da imprensa masculina porto-alegrense" demonstra um esforço de inserir a voz feminina em espaços majoritariamente dominados por homens. O reconhecimento da "firmeza", "convicção" e "sinceridade" do periódico reflete o tom combativo de Andradina de Oliveira nesta época, em que mulheres, conscientes de sua condição de cidadãs incompletas, se articulavam em espaços literários e jornalísticos para afirmar seu valor intelectual e reivindicar direitos (Duarte, 2019). Assim, ao adjetivar o *Escrinio* como "paladino" das mulheres, explicita-se o comprometimento da folha e de sua fundadora com a luta por



novas oportunidades femininas, reafirmando novamente seu compromisso com a causa feminista.

Ressalta-se também que, este texto da autora é permeado por uma concepção de gênero que, ao mesmo tempo em que busca elevar a posição da mulher ao lado do homem em direitos, mantém princípios que exaltam um ideal de feminilidade vinculado ao casamento e à maternidade. Esse equilíbrio entre o desafio às normas de gênero oitocentistas e a reafirmação de virtudes tradicionais era comum nos textos que circulavam na imprensa feminista, balanceando os desafios enfrentados pelas mulheres na sociedade, sem romper completamente com algumas premissas sociais (Muzart, 2003; Duarte, 2016) .

Na continuidade do texto, Andradina de Oliveira explicita as expectativas de mudanças para os anos seguintes no Rio Grande do Sul, como demonstra a citação abaixo:

[...] No Seculo XX, seculo que será de Sciencia e de Amor, illuminado todo pelo extraordinário pharol do Seculo XIX, ruirá para sempre, a já tão profundamente abalada bastilha dos ridiculos e grosseiros preconceitos, do tenaz e cruel carrancismo, do injusto e fatal egoismo das leis sociais em que tem vivido encarcerado o espírito intelligente da mulher. (Escrinio, 12 de junho de 1901).

Escrito nos primeiros anos do século vinte, a autora expõe uma visão otimista, chamando-o este tempo de século da ciência e do amor. O trecho simboliza principalmente o desejo de progresso, igualdade e iluminação moral e intelectual entre homens e mulheres, haja vista que esta igualdade entre os sexos era uma das principais pautas de Oliveira. Ao associar o século XX a um "extraordinário pharol", a jornalista aponta para a influência das conquistas iluministas e para os avanços intelectuais já realizados, particularmente no campo da literatura e da educação. No entanto, ela reconhece que os preconceitos sociais, o "carrancismo" e o "egoismo das leis sociais" em relação à condição feminina, ainda necessitavam ser combatidos. O uso da metáfora da "bastilha" como símbolo das discriminações que aprisionam o "espírito inteligente" da mulher reforça o caráter do movimento em prol das mulheres obterem o direito amplo da educação. Nas linhas seguintes, a autora fala especificamente da mulher gaúcha:

E uma verdade, porém, incontestada, o notabilissimo evoluir intellectual desta formosa metade do genero humano no ubertoso solo da grande Republica Brasileira, accentuadamente, aqui, na encantadora tera dos pampas, em que o gaúcho audaz, pala branco bordado e em soberbo pingo, corta a vastidão verde das bellas coxilhas rio-grandenses ao sopro forte do minuano. Nas artes, nas letras, nas ciências, no commercio, nas



industrias, em todas as diversas profissões, a mulher sulista é um frisantissimo exemplo de quanto póde a intelligencia e a vontade feminil bem dirigidas. [...] O preconceito do sexo tende a desaparecer, aqui, no solo rio-grandense, onde vicejou, sempre, a sacrosanta arvore da Liberdade. E para a prova ahi vemos no commercio, nas industrias, em todos os ramos de actividades, a mulher ao lado do homem, trabalhando, luctando pelo pão, sem perder as virtudes proprias do seu sexo, sem descurar dos sagrados encargos de esposa e mãe. (ESCRINIO, 12 de junho de 1901).

A valorização da mulher sulista como símbolo do potencial feminino demonstra um forte regionalismo por parte da autora, que através de suas palavras celebra o Rio Grande do Sul e suas tradições ao mesmo tempo em que reforça a identidade e a luta feminina local. Andradina de Oliveira traça um retrato da mulher rio-grandense obtendo destaque nas artes, ciências, literatura, comércio e em outras atividades, atribuindo a essas conquistas um exemplo concreto do potencial feminino. A exaltação à mulher que "trabalhando, luctando pelo pão, sem perder as virtudes proprias do seu sexo" traz novamente a tona a pretensão destas mulheres de buscar emancipação sem abandonar os papéis de esposa e mãe. Para finalizar, a fundadora do periódico denomina a "instrução, a educação e o trabalho" de soberana trindade, evidenciando a sua crença pelo acesso igualitário à formação intelectual e profissional:

A Instrucção, a Educação, o Trabalho, soberba trindade, hão de tornal-a a companheira ideal do homem. E teremos a mulher forte. A mulher que saberá melhor resistir as seducções do mundo; que saberá melhor resisgnar-se com as vicissitudes da sorte; lutar pela vida, si preciso for; educar a sua prole e cumprir religiosamente a sua augusta missão na terra. O futuro, a felicidade do homem dependem da mulher, portanto, trabalhem, todos, pela sua completa e dignificadora redempção! Empreguemos, todos, herculeos, esforços numa protecção moralizada e poderosa! Abramos templos, templos aos milhares, onde ella possa ir buscar a luz do espirito! Derramemos pelo religioso sacrario dos lares o cultivo da fina flor da Moral! (ESCRINIO, 12 de junho de 1901).

Essa "trindade" se estabelece como chave para a emancipação, reverberando nas demandas feministas coetâneas que identificam a educação como fundamental para a liberdade e para a conquista de direitos (Duarte, 2019). Ao afirmar que "o futuro, a felicidade do homem dependem da mulher", Oliveira inverte a lógica ao destacar o protagonismo feminino, e a seguir convoca a sociedade como um todo a contribuir para a "completa e dignificadora



redenção" das mulheres, um chamado que se configura como um atestado dos movimentos da autora por uma realidade mais justa.

Além do compromisso com as reivindicações pelo acesso feminino ao campo educacional, perceptível pelos textos redigidos pela autora, a temática da educação aparece de outras maneiras no periódico. Desde suas primeiras edições, em que colaboradoras enviavam seus textos para serem publicados nas páginas do *Escrinio*, estão presentes textos de outras escritoras que também tratavam desse direito negado por muito tempo para as mulheres. Os artigos *A mulher*³, assinado por Leocadia Greco; *A mulher e sua educação*⁴, assinado por Anália Franco; *Feminismo*⁵, assinado por Maria Amália Vaz de Carvalho; *Escritoras brasileiras - Nisia Floresta*⁶, assinado por Ignez Sabino, são alguns exemplos.

Na data de 20 de dezembro de 1903, a primeira seção da 36ª edição do periódico *Escrinio* é intitulada de *Em prol da nossa causa*. Nesta abertura, Oliveira publica duas cartas endereçadas a ela, uma assinada pelo escritor gaúcho Galeno Revoredo Barros, e a segunda escrita anonimamente por uma mulher sob o pseudônimo de Juracy, transcrita a seguir:

Exma. Sra. D. Andradina de Oliveira.

Felicitos-vos pelo criterioso artigo, intitulado Educação e instrução, que publicastes no *Escrinio*, de 13 do corrente. Desde a primeira à última phrase sente-se palpar a alma entusiasta de sua digna autora, e revelar-se a justeza do seu espirito bem cultivado. A causa que defendeis é muito gloriosa, mas muitissimo difficil de vencer. Não desanimeis, porém, corajosa luctadora, que o futuro vos ha de recompensar. Brevemente, tendencioso entrar na liça para auxiliar-vos no arduo combate que travastes contra a má orientação intellectual da mulher brasileira. Não me apresento já, porque sou um passaro novo, cujas azas não tem ainda força bastante para despedir o vôo. E talvez, mesmo, nunca chegue a voar. Comtudo hei de tentar!

Cra. Atta. e Obra. Juracy. (*Escrinio*, 20 DE DEZEMBRO DE 1903).

A carta de "Juracy" expressa não apenas as percepções de uma leitora do jornal, mas carrega um testemunho do impacto dos escritos da Andradina de Oliveira, e atesta a reverberação das publicações da imprensa feminista para quem acreditava na transformação da sociedade a partir do acesso a educação feminina. A remetente inicia parabenizando a jornalista pelo artigo intitulado

³ Texto publicado na edição do dia 30 de janeiro de 1898 em Bagé (RS).

⁴ Texto publicado na edição do dia 30 de junho de 1901 em Porto Alegre (RS).

⁵ Texto publicado na edição do dia 30 de junho de 1901 em Porto Alegre (RS).

⁶ Texto publicado na edição do dia 20 de dezembro de 1903 em Porto Alegre (RS).



Educação e instrução (infelizmente não localizado) e ressalta a importância da temática e a qualidade do texto, reconhecendo as dificuldades acerca do enfrentamento das estruturas sociais que restringem a liberdade e o desenvolvimento das mulheres. A causa, descrita como "muito gloriosa, mas muitíssimo difícil de vencer", carrega o peso da constante luta contra os construtos patriarcais enraizados e as barreiras impostas a mulheres que ousavam pensar, criar e reivindicar seu espaço em diferentes cenários. Mesmo com o reconhecimento dos incontáveis obstáculos, as palavras de Juracy carregavam perseverança e expressavam intensos incentivos a Andradina de Oliveira, chamando-a de "corajosa lutadora" e reconhecendo seu significativo papel na luta em prol dos direitos femininos.

A escrita de "Juracy" demonstra um sentimento de identificação e disposição para somar na luta por esta causa, mesmo que a autora da carta se compare a "um pássaro novo" que pode não alcançar o mesmo voo elevado de quem já atua em prol das mulheres, mas que ainda assim pretende "tentar". Este texto evidencia tanto uma conexão emocional, quanto o alinhamento intelectual que o *Escrinio* fomentava e cultivava entre seus leitores, expondo, por meio de interações como estas, o poder mobilizador do periódico e o impacto das palavras de Andradina de Oliveira. O tom da carta reflete a posição de resistência e apoio mútuo que caracterizava o movimento de trocas entre as mulheres da época, bem como o papel fundamental que os periódicos desempenhavam na consolidação dessas redes de debates e incentivo entre as mulheres.

Considerações finais

O periódico *Escrinio*, sob a organização da jornalista, professora e autora Andradina de Oliveira, não apenas propagava ideias progressistas à época em que foi fundado, mas se posicionava como um elemento de destaque público na luta pela transformação cultural e social da situação das mulheres, principalmente no Rio Grande do Sul, local em que foi fundado e circulou. Os posicionamentos de Oliveira (bem como de outras autoras de sua geração) dialogavam diretamente com um feminismo pioneiro que buscava, em suas demandas: reconfigurar os papéis de gênero por meio da alfabetização feminina; reconhecer a educação como principal via de emancipação da esfera privada para esfera pública; e ampliar o debate acerca da posição da mulher (podendo ingressar e ocupar diferentes cargos no mercado de trabalho). A análise dos textos publicados no jornal gaúcho permite compreender o engajamento da fundadora e de outras autoras colaboradoras em um movimento coletivo que com o passar do tempo foi consolidado como o movimento feminista brasileiro.

Nesse contexto, a imprensa feminista (e por conseguinte o jornal *Escrinio*)



se insere como um marco de imposição e ampliação destas vozes femininas que clamavam por mais direitos, se posicionando publicamente contra as limitações impostas pelo regime patriarcal, defendendo que a educação é um alicerce para a liberdade e para a construção de um futuro no qual as mulheres possam atuar como agentes na sociedade. A postura de Andradina de Oliveira em relação à educação feminina era nitidamente combativa a favor das oportunidades de ensino voltadas às mulheres. Os textos veiculados nas folhas da gazeta demonstram a determinação da escritora e jornalista em desafiar o cenário excludente que restringia as mulheres a um ensino limitado, projetado para assegurar sua submissão ao lar e à autoridade masculina. Por meio de artigos, ensaios, poemas e reflexões, Oliveira denunciava a desigualdade entre os sexos e promovia uma visão da educação como um caminho para emancipação social e política. Nesse sentido, os escritos publicados no periódico resguardam não só as aspirações e lutas da autora gaúcha, mas também de uma rede de mulheres que, ao compartilharem seus escritos para serem publicados, buscavam a realocação de seus papéis na sociedade oitocentista, questionando a subserviência feminina e defendendo o direito de participar, com igualdade, na construção da sociedade em todas as esferas.

Andradina de Oliveira, ao fundar o *Escrinio*, evidencia a escrita como principal ferramenta de resistência. Ao autodenominar o periódico como "cofre de inteligência", a autora materializa um espaço no qual as produções literárias femininas encontravam acolhimento e valorização. As palavras publicadas não consistiam em apenas reflexões ou registros literários, mas, sim, expressões de uma vontade de mudança, de aspirações que transcendiam as barreiras impostas pela sociedade. O periódico funcionou como um instrumento de comunicação horizontal que conectava autoras, leitoras e colaboradoras, possibilitando que a voz feminina, constantemente invisibilizada ou ignorada, ganhasse força e repercutisse de forma mais ampla em um cenário que sistematicamente limitava sua participação.

Segundo a professora e pesquisadora Zahidé Muzart, "o esquecimento de escritoras do século XIX é um esquecimento político. Pois não só porque mulheres escritoras são esquecidas; são esquecidas sobretudo as mais atuantes, as feministas, em uma palavra" (1996, s.p). Nesse horizonte, percebe-se como pesquisar e analisar a literatura produzida por autoras do século XIX é fundamental para a compreensão da complexidade e diversidade do cenário literário brasileiro, uma vez que grande parte da produção intelectual feminina foi sistematicamente apagada do cânone literário (Schmidt, 2010). O movimento de recuperar e de estudar essas escritoras vai além do reconhecimento de obras esquecidas ou marginalizadas, representando um esforço crítico (e necessário) de revisão histórica e literária. Ao considerar a imprensa feminista brasileira



como principal veículo de publicação de autoras no século XIX, os periódicos, como o *Escrinio* de Andradina de Oliveira, funcionaram como um meio para que autoras emergissem, permitindo-lhes articular suas ideias de maneira pública com a sociedade. Ao promover o resgate dessas publicações, reconhece-se a contribuição crucial da imprensa feminista na formação de uma consciência política coletiva, bem como seu papel e intercruzamentos com a literatura brasileira.

Ao realizar um trabalho neste campo de estudo, foi possível vivenciar as dificuldades enfrentadas para a recuperação de fontes de pesquisa primária. Por conta do apagamento e desvalorização das produções assinadas pelas mulheres oitocentistas, a maior parte desses periódicos e documentos foram pouco preservados ou dispersos em acervos de difícil acesso, o que implica uma necessidade de um trabalho de pesquisa minucioso em arquivos históricos, bibliotecas e museus. A escassez de registros e a falta de digitalização de muitas dessas fontes primárias, como foi o caso do *Escrinio*, que não possuía nenhuma digitalização online, dificultam o acesso e exigem dos pesquisadores um desdobramento investigativo, haja vista os esforços para localizar os exemplares.

Entretanto, as adversidades envolvidas no acesso a esses escritos não diminuem a importância dessas pesquisas; ao contrário, realçam a necessidade de descortinar as palavras de mulheres como Andradina América Andrade de Oliveira, que ousaram lutar pelo direito de estudar, escrever, publicar e desafiar os limites impostos pela sociedade de seu tempo. Por meio desses registros, é possível compreender o pensamento, os discursos, a literatura e às estratégias de resistência que moldaram as primeiras etapas do movimento feminista no Brasil, fornecendo subsídios valiosos para a análise de processos de transformação social e literária que ainda ressoam nos dias atuais.

Referências

AULETE, Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1961.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. 1. ed. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: volume 1 - século XIX**. 1 ed; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.



DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org). **Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 24-47.

ESCRÍNIO, **Hebdomadário Litterário, Insctructivo e Noticioso**. Proprietária e Redatora: Andradina de Oliveira. Ano I, n. 1, Rio Grande, Bagé, 2 de janeiro de 1898.

ESCRÍNIO, **Jornal dedicado à mulher rio-grandense**. Diretora: Andradina de Oliveira. Ano IV, n. I. Porto Alegre, 12 de junho de 1901.

ESCRÍNIO, **Jornal Litterário, Artístico e Noticioso dedicado à mulher rio-grandense**. Diretora: Andradina de Oliveira. Ano IV, n. 36. Porto Alegre, 20 de dezembro de 1903.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: Del Priore, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 241-277.

GAUTÉRIO, Rosa Cristina Hood. *Escrinio, Andradina de Oliveira e Sociedade(s): entrelaços de um legado feminista*, 2015. p. 39 . Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 443-481.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 9-17.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, 2003. p. 225-233.

MUZART, Zahidé. Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar. In: MOREIRA, Eunice Maria (Org.) **História da Literatura, teorias, temas e autores**. São Paulo: Mercado Aberto, 2003.

OLIVEIRA, Loraine Lopes de; MARTINIAK, Vera Lúcia. Ordem e Progresso: Augusto Comte e as influências do Positivismo na educação das mulheres na Primeira República brasileira. **Revista Educação e Emancipação**. v. 11, n. 1, 2018. p. 232-253.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.



Agradecimentos

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

Recebido em: 15/07/2025

Aceito em: 04/07/2026